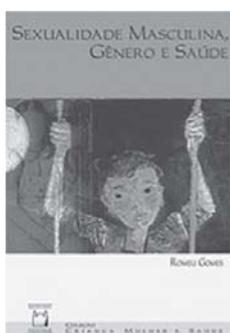


Masculinidade no limiar de uma nova era

Masculinity on the threshold of a new era

Lucila Scavone

Professora do Departamento e Programa de Pós-graduação em Sociologia/
Universidade Estadual Paulista/Campus Araraquara.
lucsa@uol.com.br



GOMES, Romeu.
Sexualidade masculina, gênero e saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. (Coleção Criança, Mulher e Saúde). 184p.

Abordagem de gênero derivada tanto da teoria e prática feminista como da filosofia e sociologia da ação – que tratam as categorias sociais sob uma perspectiva relacional – tem a acuidade de mostrar que homens e mulheres não se opõem binariamente por suas diferenças biológicas, mas se constroem em suas relações sociais. De fato, o feminismo contemporâneo sempre enfatizou tal perspectiva, como nos lembra oportunamente Joan Scott (1992): “não se pode conceber mulheres, exceto se elas forem definidas em relação aos homens, nem homens, exceto quando eles forem diferenciados das mulheres”.

Esse foi o caminho escolhido por Romeu Gomes, professor titular de antropologia do Instituto Fernandes Figueira, da Fundação Oswaldo Cruz, em seu livro *Sexualidade masculina, gênero e saúde*. A questão central dessa obra é a sexualidade masculina e sua construção social, com ênfase nos resultados de instigantes pesquisas realizadas pelo autor sobre a questão da saúde sexual dos homens. O livro oferece, também, importante seleção de dados secundários sobre saúde, morbidade e mortalidade de homens e mulheres, que proporciona um panorama socioantropológico sobre as peculiaridades da saúde masculina em relação à da saúde feminina. Desenvolve, igualmente, importante debate teórico, com revisão de ampla bibliografia acerca da problemática estudada.

O eixo desse livro poderia ser entendido, em uma primeira abordagem, como um complemento aos estudos e às políticas públicas da saúde reprodutiva e sexual das mulheres. Todavia, seria mais exato considerá-lo um suplemento deles, já que o autor propõe uma análise de gênero, na qual mulheres e homens não são estudados pela lógica ‘dos opostos’ ou de complementaridade (Collin, 2009). A lógica da complementaridade permite trazer à tona a tensão permanente e indissolúvel em que as categorias masculino e feminino estão embebidas.

Assim, tal interpretação nos leva a relançar as perguntas que acompanham, explícita ou implicitamente, o autor ao longo de seu texto: por que o estudo da sexualidade masculina? Por que a saúde dos homens? Em suma, por que pesquisar os homens e não as

mulheres? Tais perguntas nos remetem, veladamente, à resistência política por parte do feminismo e aos estudos e movimentos de homens e masculinidades, a partir do final dos anos 1970, nos países do Norte. Tratava-se, então, de dar visibilidade às questões da ‘opressão feminina’, e em tal sistema foram os homens, como dominantes, que definiram a feminilidade. O que estava em jogo nesse debate político era, sobretudo, o risco de que tais estudos ofuscassem o problema central das relações de gênero, isto é, a transversalidade da dominação masculina em todas as suas variedades culturais, políticas, econômicas e sociais. Posteriormente foi o próprio feminismo que favoreceu a emergência de um conhecimento específico sobre homens, ao conceituar as relações sociais de sexo/gênero e evidenciar que elas não eram categorias fixas, predefinidas por essência, mas sim atravessadas pelo exercício de poder e dominação.

Molinier e Welzer-Lang (2009) afirmam que o fato de as pesquisas feministas terem questionado a definição masculina da feminilidade teve também como resultado a problematização da masculinidade. A adoção de uma abordagem de gênero não descritiva, a partir dos anos 1980, aplicada às questões da masculinidade e da virilidade, possibilitou que muitos estudos dessem visibilidade às implicações e aos efeitos subjacentes da dominação masculina, tornando-os mais evidentes. Portanto, foi possível considerar “masculinidade, feminilidade, virilidade, mulheridade” como “expressões coletivas e individuais da dominação masculina”. Da mesma forma, mas dedicado à saúde sexual dos homens, *Sexualidade masculina, gênero e saúde* traz à tona elementos imprescindíveis para o entendimento da lógica dessa dominação, que afeta não só as mulheres, mas também os homens.

Não é por acaso que os estudos médicos da saúde sexual masculina tendiam (e muitos ainda tendem) a qualificar o caráter da sexualidade masculina de ‘infectante’, enfatizando mais a doença do que a saúde (p.37). Já os estudos da saúde das mulheres estiveram (e, em grande medida, ainda estão) mais associados à reprodução do que à saúde sexual, portanto mais voltados para o sucesso da maternidade biológica do que para o bem-estar sexual feminino. Daí se depreende que a saúde reprodutiva feminina foi (e ainda é em vários contextos) marcada pela realização da maternidade, ao passo que a saúde sexual feminina foi (e ainda é, frequentemente) medida pelas doenças sexuais transmissíveis e pela gravidez não planejada, o que limita a saúde sexual feminina e a atrela à masculina.

Essas determinações tendem a obscurecer as relações de gênero que permeiam a saúde sexual. Pode-se dizer que essa é uma tendência tanto social quanto teórica, que tem avanços e recuos. Escapar a tal armadilha é desconstruir o princípio da dominação masculina e dar visibilidade ao poder simbólico que estrutura as relações de gênero, nos *habitus* primários e secundários dos diferentes campos sociais (Bourdieu, 2000). Além disso, a associação entre gênero e estruturas de classe e raça/etnia, sexualidades, subjetividades, identidades, relacionadas a seus contextos históricos, geográficos e geracionais – conforme proposto por Gomes – oferece um quadro plural e rico das situações em que um mesmo problema pode ser analisado.

Um bom exemplo é a questão dos cuidados da vida e da saúde, abordada por diversos estudos em relação com a feminilidade. Práticas sociais corporais, *habitus* de gênero, divisão sexual do trabalho na família e sociedade (mães, enfermeiras, educadoras,) – enfim, um

importante capítulo da 'história das mulheres' é voltado para os cuidados. Entre outras consequências, tais práticas fariam com que mais mulheres do que homens fossem aos postos de saúde. Ao pesquisar essa evidência com grupos de homens de diferentes níveis de escolaridade, Gomes a confirma (p.52), embora tenha observado que aqueles com mais escolaridade não aceitam teoricamente essa situação, o que pode sugerir um início de mudança nas mentalidades.

Na análise que faz da revista *Men's Health*, publicada no Brasil pela Editora Abril e destinada a um público heterossexual e com certo poder aquisitivo, o autor verificou discursos relativos a cuidados da saúde e do corpo masculino (p.100-107), não obstante ser o foco da publicação o culto do corpo másculo, com fins de potencializar o desempenho sexual e a virilidade. Cabe ressaltar que, embora os discursos dos cuidados femininos sejam também orientados para a sedução do outro, eles extrapolam o eixo do cuidar de si para enfatizar, sobretudo, o cuidar do(s) outro(s), diferentemente daqueles dirigidos ao público masculino.

Ao analisar as formas hegemônicas da masculinidade, o autor mostra que elas têm como base o controle dos corpos, o qual se exerce por disciplina, educação, discursos e atribuições sociais, e se mantém por meio de contínuo aperfeiçoamento das tecnologias individualizantes de poder (Foucault, 1994). Deduz-se que, nos discursos e em suas realizações, o corpo masculino permanece fortemente subjugado a símbolos e práticas sexuais dominantes (p.91) e que não há muito espaço para surgimento da diversidade. O padrão hegemônico de masculinidade tradicional – heterossexual, viril, união estável de aparência monogâmica, desejo sexual mais forte em homens que mulheres – domina o imaginário dos homens entrevistados, o que torna os comportamentos dissidentes e as mudanças, um longo e doloroso processo (p.144-145). Por outro lado, os depoimentos dos homens que afirmam dar suas 'escapadinhas' do cotidiano conjugal evidenciam que eles não consideram a possibilidade de o tédio ou a insatisfação sexual atingirem também suas companheiras.

Nesse padrão de sexualidade heterossexual hegemônica masculina, há possibilidades de diferenças entre os dois grupos pesquisados, os de homens com nenhuma ou baixa escolaridade, e aqueles com escolaridade superior, uma vez que os últimos apresentaram uma posição mais crítica aos aspectos tradicionais da masculinidade, mas que nem sempre correspondia a uma prática equivalente (p.150). Como mencionado, o mesmo resultado foi encontrado em relação aos cuidados da saúde: há uma aceitação teórica, mas ela não incide em mudança de comportamento. Os cruzamentos por estruturas de classe, raça/etnia e faixa etária podem efetivamente apontar variações nas questões em pauta e, sobretudo, as tendências de mudanças.

Entretanto, sempre é bom lembrar que nas estruturas sociais, jurídicas e políticas as transformações que concernem a questões de gênero no Brasil ocorrem muito lentamente e contribuem para legitimar e manter o padrão hegemônico de masculinidade. Por exemplo, a criminalização do adultério (datado de 1940) foi revogada por lei somente em 2005. Ela deu base, durante todos esses anos, ao recurso jurídico da 'legítima defesa da honra', utilizado frequentemente para absolver homens que assassinaram mulheres por presunção de traição. A importância simbólica da virilidade, na cultura masculina brasileira, é construída e reconstruída estrutural e historicamente pela valorização da força bruta – que

atinge e atingiu tanto homens como mulheres (Albuquerque Júnior, 2002) – e, sobretudo, pela negação de suas consequências.

Esses aspectos, que podem, com certeza, ser considerados como universais, possuem todavia especificidades relacionadas às condições histórico-culturais, políticas e subjetivas que constroem o paradigma hegemônico da masculinidade em cada país e região. Tal modelo se confronta cotidianamente com a ampla difusão dos diferentes modos de vida da sociedade pós-moderna, por meio das tecnologias de comunicação globalizadas. Esse fator pode contribuir tanto para fortalecer o paradigma tradicional da masculinidade, como para enfraquecê-lo, de acordo com a informação divulgada e o público atingido. No estudo de Romeu Gomes, os discursos dos atores e de seus cenários estão em sintonia com esse contexto e evidenciam uma tensão, objetiva e subjetiva, entre a emergência de novos padrões de masculinidade e a permanência dos paradigmas tradicionais. Tal tensão poderá resultar em uma nova fase da teoria e prática da masculinidade e da feminilidade e, em última instância, das relações de gênero.

Para além das digressões que *Sexualidade masculina, gênero e saúde* inspira, há nele não só o estudo aprofundado da masculinidade, como também uma proposta original e objetiva de oferecer elementos para um novo paradigma da saúde sexual masculina, que não deve ser desperdiçada, uma proposta que tem em conta um novo desenho das práticas políticas globais e locais e, sobretudo, uma saúde pública humanizada e aberta para as questões das sexualidades, dos gêneros e das masculinidades.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M.A.J. Os nomes do pai: a edipianização dos sujeitos e a produção histórica das masculinidades, In: Rago, Margareth; Orlandi, Luís; Veiga-Neto, Alfredo (Org.). *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzchianas*. Rio de Janeiro: DPA. p.111-121. 2002.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- COLLIN Françoise. Diferença dos sexos (teorias da). In: Hirata, Hélène et al. (Org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora Unesp. p.59-66. 2009.
- FOUCAULT, Michel. Les mailles du pouvoir. In: Foucault, Michel. *Dits et écrits*. v.4, 1980-1988. Paris: Gallimard. p.182-201. 1994.
- MOLINIER, Pascale; WELZER-LANG, Daniel. Feminilidade, masculinidade, virilidade. In: Hirata, Hélène et al. (Org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora Unesp. p.101-106. 2009.
- SCOTT, Joan. História das mulheres. In: Burke, Peter (Ed.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp. p.63-95. 1992.

